

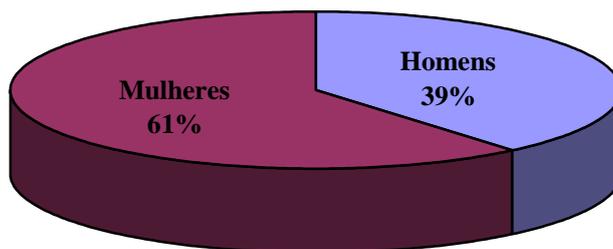
“COMO ESTUDAR SE NÃO TENHO COM QUEM DEIXAR MEUS FILHOS?” UM ESTUDO SOBRE AS SALAS DE ACOLHIMENTO DO PROJovem URBANO

Rosilaine Gonçalves da Fonseca Ferreira – UNIRIO

Direcionado ao atendimento de parcela significativa da juventude brasileira, portadora de um perfil socioeconômico mais vulnerável, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano trouxe para as políticas de juventude um conjunto de possibilidades de atuação para a retomada da trajetória escolar de jovens com faixa etária entre 18 a 29 anos de idade, por meio da oferta de um currículo que contempla o ensino fundamental, a qualificação inicial para o trabalho e a participação cidadã (BRASIL, 2008). A gestão do programa, que até 2011 cabia à Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, órgão ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude – CNJ, a partir de 2012, passa integrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação - MEC, “ganhando força como política pública da modalidade Educação de Jovens e Adultos, ao ter sua gestão diretamente vinculada a este Ministério e às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, em âmbito local” (BRASIL, 2012, p.1).

Como mostra o Gráfico 1, o percentual de mulheres matriculadas no ProJovem Urbano em sua edição 2012 (61%) é bem superior ao de homens (39%), dado que reforça a tendência observada desde o início do Programa em todo o Brasil, que revela um atendimento expressivo ao público feminino, o que evidencia a necessidade de políticas públicas de inclusão direcionadas especificamente para as mulheres.

Gráfico 1 – Jovens matriculados no ProJovem Urbano - Edição 2012



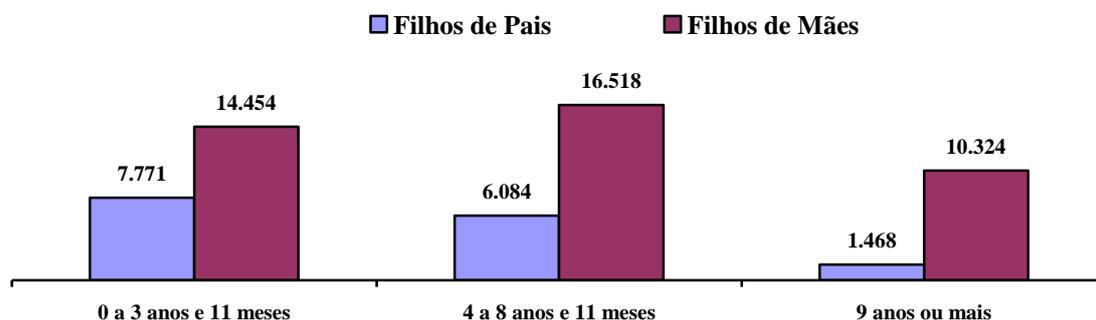
Fonte: Seminário, 2012.

Tal como disposto na Nota Técnica 001, do MEC (BRASIL, 2012), os jovens atendidos pelo ProJovem Urbano são, em sua maioria, mães e pais que não têm com quem deixar seus filhos no momento em que estão em sala de aula. Desde a implantação do Programa, tal realidade ocasionou um alto número de evasões, dificultando o acesso dos jovens ao exercício pleno de seus direitos como cidadãos. Aqueles que persistiam na luta de recuperar seu processo educacional levavam os filhos para a escola, o que gerou muitas reclamações de professores e alunos, uma vez que causava dispersão e desvio da atenção tanto do responsável pela criança quanto dos demais estudantes, prejudicando o processo educativo. Como alerta a própria Coordenação Nacional do Programa: “essas crianças precisam e requerem cuidados” (BRASIL, 2007).

Como forma de responder a esse complexo descompasso entre a oferta de ensino e a execução de ações de permanência no âmbito do ProJovem Urbano, a partir da edição 2012, foram implantadas as chamadas salas de acolhimento. Fruto de demanda do Conselho Nacional de Juventude desde 2008, tal iniciativa pioneira do MEC surge como alternativa de apoio para os estudantes que não têm com quem deixar seus filhos, de maneira adequada, no período em que estão no ambiente escolar. Assim, cada núcleo do Programa pode implantar até duas salas, com vistas a atender crianças de 0 a 8 anos e 11 meses, filhas dos estudantes do Programa, proporcionando a elas “condições de segurança e bem-estar enquanto seus responsáveis frequentam as aulas” (BRASIL, 2012). A frequência não é obrigatória e o direito à educação diurna é mantido para essas crianças, conforme previsto na legislação nacional. As atividades desenvolvidas devem ter caráter lúdico, contemplando brincadeiras, atividades de recreação, exibição de filmes, dentre outras.

O gráfico 2 representa o quantitativo de crianças registradas durante a matrícula dos jovens em todo o Brasil na edição 2012 do ProJovem Urbano, o que revela uma demanda potencial de aproximadamente 40.000 crianças.

Gráfico 2 – Número de filhos(as) de jovens matriculados no ProJovem Urbano - Edição 2012



Fonte: Seminário, 2012.

Na perspectiva de entender e subsidiar o debate sobre as salas de acolhimento em programas de Educação de Jovens e Adultos, especialmente da população juvenil, o estudo aqui proposto é fruto de pesquisa realizada como requisito para obtenção do título de mestre em Educação, na área de concentração em Políticas Públicas e tem como objetivo principal analisar os efeitos das salas de acolhimento na vida dos jovens inseridos no Programa, buscando entender como conseguem conciliar instrução e cuidados com os filhos.

Passos metodológicos

Para responder aos nossos questionamentos, elegemos como sujeitos da pesquisa alguns atores do Programa no Município de Itaboraí: alunos com filhos, alunos sem filhos, educadores de acompanhamento do acolhimento de crianças (acolhedores), demais professores do Programa e coordenadores. A escolha do município obedeceu ao registro efetuado pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano, que apontou um grande contingente de jovens em Itaboraí que levavam seus filhos para a escola em anos anteriores de implementação do Programa. Ainda que, naquelas ocasiões, professores, funcionários da escola e demais estudantes estivessem sempre dispostos a auxiliar, não havia formalmente um ambiente destinado às crianças e nenhuma pessoa responsável por seus cuidados enquanto estas acompanhavam seus pais no turno da noite.

O estudo abrange o universo do município, com uma metodologia que articula abordagens quantitativa (questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa) e qualitativa

(observações, encontros, entrevistas etc.). A pesquisa teve início a partir de levantamento bibliográfico a respeito do ProJovem Urbano, em que se buscou averiguar como surgiram as demandas por salas de acolhimento no Programa.

Fazendo uso da técnica da observação *in loco*, acompanhamos, no período de agosto a dezembro de 2012, as quatro salas de acolhimento existentes no município de Itaboraí. Vale destacar que foi de posse das observações registradas em nosso diário de campo que produzimos os questionários citados anteriormente, a fim de melhor conhecer tanto o perfil dos estudantes quanto as percepções dos atores a respeito da realidade analisada, além de apresentar os desafios e impasses enfrentados pelas gestoras durante a implantação das salas neste município. Os instrumentos ainda estão em fase de aplicação.

Alguns resultados

Identificamos, durante as observações realizadas, que embora a maioria das crianças atendidas pelas salas de acolhimento do município de Itaboraí sejam filhas dos estudantes do ProJovem Urbano, tal atendimento também é estendido aos filhos dos estudantes da EJA regular e aos filhos dos profissionais da escola (professores, diretores, caseiros etc.). Em uma das escolas observadas, inclusive, o maior quantitativo de crianças acolhidas é de filhos dos estudantes da EJA regular. Em média, são atendidas diariamente cerca de seis crianças em cada sala, onde a faixa etária mais frequente é a de 6 a 8 anos de idade.

Com relação aos efeitos das salas de acolhimento na vida dos jovens, os estudantes com filhos destacam a possibilidade de frequentar as aulas com maior tranquilidade, tendo, assim, melhores condições de concluir o ProJovem Urbano. Para os jovens sem filhos, também foi evidente a contribuição das salas, visto que estes assinalam que “agora fica mais fácil prestar atenção às aulas”.

No que se refere às percepções dos diferentes atores a respeito dessas salas, ressaltamos a opinião dos professores, que realçam sua oferta também como um auxílio ao trabalho docente, uma vez que não possuem mais crianças em sala de aula “provocando a dispersão da turma”. Além disso, estes também apontam que os estudantes estão mais frequentes às aulas após a instalação das salas.

Dois educadores do acolhimento de crianças enfatizam a necessidade de terem acesso a material adequado para o desenvolvimento das atividades lúdicas com elas, bem como a disponibilização de um espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades, visto que nesses núcleos tais profissionais atuam em uma sala de aula convencional.

Quanto à opinião das coordenadoras a respeito dos desafios e impasses enfrentados para a implantação das salas, enfatizou-se a dificuldade em contratar profissionais com disponibilidade de tempo para trabalhar como acolhedores. Isto porque, de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 60 (BRASIL, 2011), os professores da rede de ensino municipal têm prioridade para atuar no acolhimento das crianças, porém em Itaboraí tal mão de obra é escassa. Destacam também, as dificuldades impostas, por parte da direção de duas das escolas, em disponibilizar espaço apropriado para o desenvolvimento das salas, como também a demora no processo de licitação para a compra dos materiais necessários.

Considerações finais

Ainda que os dados aqui apresentados possuam um caráter inicial, acreditamos que eles trazem contribuições para as discussões a respeito do direito à educação da juventude no campo da EJA. Como vimos, um dos principais desafios que se apresentam à educação pública brasileira consiste em promover a inclusão social da juventude, de forma a garantir seus direitos e promover a redução das desigualdades sociais. Novaes afirma que “não podemos idealizar a juventude” (2011, p.1). Para a autora, devemos considerar as variadas identidades presentes neste público e, ao mesmo tempo, pensar na igualdade entre elas, atendendo a toda pluralidade existente.

Andrade destaca que na EJA “estão os jovens reais, os jovens aos quais o sistema educacional tem dado as costas” (2004, p.24). Oferecer apoio a tal grupo de jovens, marcado por profundas desigualdades sociais, significa permitir que eles tenham uma nova oportunidade de acesso à educação. Ao ouvir os principais atores do ProJovem Urbano, quer sejam, seus alunos, foi possível, portanto, identificar a importância intrínseca das salas de acolhimento, uma vez que estas são referidas como uma das formas de garantir sua permanência no Programa.

Um dado importante para se pensar na esfera da política pública é o fato de as salas de acolhimento receberem filhos de outros estudantes da EJA, o que denuncia uma demanda ainda não atendida para os demais estudantes, sobretudo do ensino noturno, que não têm com quem deixar suas crianças.

Analisando os desafios e impasses apresentados pelas gestoras do programa em Itaboraí, pudemos perceber que ainda existe uma certa resistência das escolas em incorporar esse tipo de direito, o que vem dificultando, assim, os processos de implementação e desenvolvimento das salas.

Por fim, cabe ressaltar, que a experiência das salas de acolhimento pode possibilitar a transformação de práticas e mentalidades no que se refere aos direitos dos jovens à escolarização básica, conforme preconiza a legislação atual.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Eliane R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês B; PAIVA, Jane (org.). *Educação de jovens e adultos*. DP&A. Rio de Janeiro: 2004.

BRASIL. MEC. *Resolução CD/FNDE nº 60*, de 09 de Novembro de 2011.

_____. MEC. SECADI. *Nota Técnica nº 001*. Brasília: 2012.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. *Web site do ProJovem Urbano*. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.projovem.gov.br>. Acesso em 06 de abril de 2013.

_____. Presidência da República. *Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano*. Brasília: 2008.

NOVAES, Regina; MEIRELLES, Renato. Debate: “*Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos*”, da 2ª Conferência Nacional da Juventude. Portal Aprendiz, 2011. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2011/12/12/direitos-da-juventude-igualdade-na-diversidade-e-tema-de-discussao/>. Acesso em 06 de abril de 2013.

SEMINÁRIO. MEC. SECADI. Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude (DPEJUV). *Seminário Nacional ProJovem Urbano: um balanço das pesquisas avaliativas frente a novos desafios*. Local: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.